

Municipal, em regime de comissão de serviço, nos cargos que se lhes indicam, cujo termo ocorre no dia 28 de Julho de 2007:

Sandra Susana Silva de Sousa, chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos.

Cristina Maria Pires de Oliveira, chefe da Divisão de Finanças e Contabilidade.

28 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

2611027300

Aviso n.º 12 381/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 16 do corrente mês, autorizei o pedido de licença sem vencimento de longa duração, a partir de 2 de Julho de 2007, ao funcionário desta autarquia António Paulo dos Santos Correia, técnico profissional principal (construção civil), nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

22 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

2611027036

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**Editais n.º 566/2007****Alteração de operação de loteamento — Discussão pública**

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 1551/07, em 28 de Fevereiro, em nome de Ribeiro & Serrão Construções, L.da, lote 6 do loteamento titulado pelo alvará n.º 10/99, localizado na Rua de Serafim Cruz, freguesia da Santa Maria de Avioso, com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar nos Serviços Administrativos de Obras Particulares e Loteamentos desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete de Atendimento Municipal ou nos Serviços de Correspondência desta Câmara Municipal.

21 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*.

2611027487

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE**Aviso n.º 12 382/2007**

Torna-se público que, por despacho do presidente de 26 de Junho de 2007, foram substituídos os membros do júri do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de seralheiro civil principal, passando a fazer parte do mesmo os seguintes elementos:

Presidente — Engenheiro António Agnelo Almeida Esteves Figueiredo, vereador.

Vogais efectivos:

Engenheiro José Agostinho dos Santos Amaral, chefe da Divisão de Informação Geográfica e Planeamento Urbano, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Engenheira Natércia de Jesus Marques Peixoto, técnica superior de engenharia civil.

Vogais suplentes:

Dr. Pedro Marques Correia, técnico superior de recursos humanos.
Isabel Maria Cabral Ferreira Dias Pereira, chefe da Secção de Pessoal.

27 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Soares Marques*.

2611027341

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA**Aviso n.º 12 383/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que o júri do concurso interno de ingresso para provimento de dois lugares de encarregado de brigada dos serviços de limpeza, aberto pelo despacho n.º 51, de 19 de Abril de 2007, do presidente da Câmara, deliberou, em acta de 20 de Junho de 2007, alterar e definir os métodos de selecção e as formas e fórmulas de classificação final do referido concurso, definidas em acta de 3 de Maio de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de Junho de 2007, uma vez que estas apresentavam algumas incorrecções.

Assim, onde se lê:

«1.1 — Métodos de selecção:

11.1 — [...]

[...]

c) Classificação de serviço dos últimos seis anos;

[...]

11.4 — A classificação final será efectuada numa escala de 0 a 20 valores e de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(2 \times PC) + (2 \times EPS) + CS}{5}$$

em que:

CF = classificação final;

PC = prova de conhecimentos;

EPS = entrevista profissional de selecção;

CS = classificação de serviço.»

deve ler-se:

«1.1 — Métodos de selecção:

11.1 — [...]

[...]

c) Avaliação curricular.

$$AC = \frac{(FP) + (EP) + (CS)}{3}$$

em que:

FP = formação profissional;

EP = experiência profissional;

CS = classificação de serviço dos últimos seis anos.

A FP será valorizada da seguinte forma:

Cursos ou acções com duração mínima de um dia e até oito dias — 2 valores;

Cursos ou acções com duração superior a nove dias e até um mês — 4 valores;

Cursos ou acções com duração superior a um mês — 6 valores.

Em caso nenhum este factor poderá exceder 20 valores.

A EP será valorizada da seguinte forma:

Por cada dois meses completos de exercício efectivo de funções que se insiram no âmbito da actividade de cantoneiro de limpeza — 0,75 valores;

Por cada dois meses completos de exercício efectivo de funções que não se insiram no âmbito da actividade de cantoneiro de limpeza — 0,25 valores.

Em caso nenhum este factor poderá exceder os 20 valores.

A CS será a média aritmética simples das classificações de serviço, procedendo-se à conversão das classificações de serviço quantitativas atribuídas na escala de 0 a 10 valores para uma escala de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\text{Média simples da classificação}}{10} \right) \times 20$$

11.4 — A classificação final será efectuada numa escala de 0 a 20 valores e de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(2 \times PC) + (2 \times EPS) + (2 \times AC)}{6}$$

em que:

CF = classificação final;

PC = prova de conhecimentos;

EPS = entrevista profissional de selecção;

AC = avaliação curricular.»

Nestes termos o presente concurso encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de Junho de 2007. — Por delegação de competências, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Rosária Maria Soares Murça*.
2611027100

CÂMARA MUNICIPAL DE MONÇÃO

Aviso n.º 12 384/2007

Reclassificação profissional

Para cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 14 de Junho de 2007, foi reclassificado o funcionário António Joaquim Parente Sanches, da categoria de canalizador, índice 170, escalão 4.º para a categoria de operador de estações elevatórias de tratamento ou depuradoras, índice 189, escalão 1.º, do grupo de pessoal altamente qualificado desta Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do referido Decreto-Lei n.º 218/2000.

O funcionário deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Emílio Pedreira Moreira*.

2611027102

Aviso n.º 12 385/2007

Reclassificação profissional

Para cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 14 de Junho de 2007, foi reclassificado o funcionário David Dias Pereira da categoria de cantoneiro de limpeza, índice 165, escalão 2, para a categoria de fiel de mercados e feiras, índice 165, escalão 3, do grupo de pessoal auxiliar desta Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do referido Decreto-Lei n.º 218/2000.

O funcionário deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Emílio Pedreira Moreira*.

2611027141

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aviso n.º 12 386/2007

Na sequência do concurso externo de ingresso para admissão de estagiários com vista ao provimento de 30 lugares de agente municipal de 2.ª classe, da carreira de polícia municipal, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 51, de 14 de Março de 2005, e após conclusão do estágio, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Junho, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 26 de Junho de 2007, se procede à nomeação dos seguintes candidatos:

Cláudia Sofia Mónica Martins Lopes.
Ana Catarina Barbosa Cardoso.
Susana Manuela Vaz Gonçalves Barbosa Nunes.
Sandra Reino Gonçalves Mendes.
David José Gomes Alves.
Nuno Miguel Meleiro Pascoal.
Ana Paula Cardoso Gonçalves.
Tânia Marina Carvalhais Mota.
Tiago Manuel Nogueira de Carvalho.
Marco Aurélio Lucas Fortes.
Andreia Rossana Freitas Lopes.
José Manuel Tavares Correia.
Marisa Andreia Polido Guerreiro.
Marisa Alexandra Cozinha Coelho.
Tânia Isabel Almeida Pereira.
Bruno Miguel Bernardes Lucas Neira Nunes.
Luís Manuel Correia Alves de Oliveira.
André Guilherme Santos Vallespir.

Marco António Conde da Saúde Marques.
Nuno Luís Gonçalves Pereira Chaveiro.
Márcia dos Santos Pinheiro Navarro Y Rosa.
Pedro Miguel Rodrigues Cardoso.
Paulo Jorge da Graça Leandro.
Bruno Gonçalo Pereira da Silva.
Bruno Filipe Gomes Sampaio.
Bruno Miguel Lopes de Almeida.
Tiago Miguel de Oliveira Gouveia Freitas.
Rui Filipe Sequeira Roque.
Tiago Rafael Pereira Duarte.

Os candidatos referidos serão remunerados pelo escalão 1, índice 199, de acordo com o mapa 1, anexo ao Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março. (Não carece de visto do Tribunal de Contas — artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Junho de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

2611027483

CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO

Aviso n.º 12 387/2007

Por meu despacho de 19 de Junho de 2007 e nos termos da alínea e) do artigo 2.º, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, decido reclassificar Sandra Isabel Correia Pereira Patarata na categoria de técnico profissional de biblioteca e documentação de 2.ª classe, escalão 1, índice 199, a que corresponde a remuneração de € 650,23.

A aceitação do lugar far-se-á no prazo de 20 dias contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

27 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*.

2611027244

CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE

Aviso n.º 12 388/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que esta Câmara Municipal celebrou com Rui Miguel Henriques Venâncio contrato administrativo de provimento, nos termos dos artigos 16.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Junho, para a categoria de estagiário da carreira técnica superior (arquêólogo), pelo prazo de um ano, com início em 25 de Junho de 2007. (Não sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

22 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Sousa Correia Santos*.

2611027352

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 12 389/2007

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 7 de Maio de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para um lugar de técnico superior de 1.ª classe, área de engenharia civil, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

2 — O concurso é válido para a presente vaga.

3 — A este concurso poderão candidatar-se indivíduos que obedecem aos requisitos mencionados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — O vencimento respeitante àquela categoria é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — O conteúdo funcional do cargo a prover é o descrito no despacho n.º 6871/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Abril de 2002.

6 — Os métodos de selecção serão constituídos por prova de conhecimentos, entrevista profissional de selecção e avaliação curricular, a realizar em data e local a indicar oportunamente aos candidatos.

6.1 — A prova de conhecimento (PC), que visa avaliar, em prestação de prova escrita, os níveis de conhecimentos e aptidões específicas exigíveis e adequados ao cargo a prover, demonstrados nas respostas